

A página que falta: reflexões sobre o Complexo Industrial e Econômico da Saúde (CEIS) como elemento de redução da dependência tecnológica e produtiva

The missing page: reflections on the Health Industrial and Economic Complex (CEIS) as an element for reducing technological and productive dependence

HAROLDO DA SILVA ¹

DOI: <https://doi.org/10.23925/2764-8389.2022v2i1p158-181>

RESUMO: Esse artigo busca tratar da transdisciplinaridade e das múltiplas facetas que envolvem a pesquisa para a compreensão dos problemas afetos à saúde e suas alternativas, com base numa abordagem da economia política. Por meio da devida conceituação dos temas inerentes, especialmente na bibliografia da economia clássica, o artigo pretende lançar luz sobre a importância da robustez da indústria para a redução da dependência tecnológica como elemento dinamizador de oportunidades de inserção nas cadeias globais de valor. Se é verdade que o mundo caminha em relação às políticas públicas baseadas em evidências, os exemplos de sucesso revelam que na área da saúde o desenvolvimento tecnológico é fundamental para permitir com que o Brasil possa assumir as rédeas de seu próprio destino. Políticas neoliberalizantes, adotadas nas últimas décadas, têm reduzido a perspectiva de reindustrialização. A falsa dicotomia entre o Estado e o Mercado está na gênese do atraso tecnológico brasileiro em vários segmentos, embora não seja a causa exclusiva. Em tempos de individualismo, o SUS mostrou seu valor e conquistou a simpatia de muitos brasileiros refratários, com o advento da Covid-19. As grandes inovações têm surgido a partir de interoperabilidade entre o Estado e o Mercado. Conclui-se que as externalidades positivas que o setor de saúde revela não podem ser desperdiçadas. A perspectiva de desenvolvimento econômico é o elemento central dos benefícios alcançáveis. A decisão sempre é política, mas se ela for baseada em evidências, o debate econômico precisa ouvir vozes para além daquelas defensoras únicas da financeirização.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Política; Desenvolvimento; Indústria; Saúde.

ABSTRACT: This writing seeks to address the transdisciplinarity and the multiple facets involved in research to understand health related issues and their alternatives, based on a political economy approach. Through the proper conceptualization of the inherent themes, especially in the bibliography of classical economics, the article intends to shed light on the importance of the robustness of the industry for the reduction of technological dependence as a dynamic element of opportunities for the insertion in the global value chains. If it is true that the world is moving towards public policies based on evidence, the successful examples reveal that in the area of health, technological development is fundamental to allow Brazil to assume the reins of its own destiny. Neoliberalizing policies, adopted in recent decades, have reduced the prospect of reindustrialization. The false dichotomy between the State and the Market is at the genesis of the Brazilian technological backwardness in several segments, although it is

¹ Haroldo da Silva – haroldoeconomista@gmail.com – Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1730830572400257> ORCID - <https://orcid.org/0000-0001-8029-3840>. Doutorando em Ciências Sociais – Política – pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bolsista da CAPES, Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), economista e advogado.

not the exclusive cause. In times of individualism, SUS has shown its value and gained the sympathy of many refractory Brazilians, in face of the advent of Covid-19. The great innovations have emerged from the interoperability between the State and the Market. It is concluded that the positive externalities that the health sector reveals cannot be wasted. The perspective of economic development is the central element of the achievable benefits. The decision is always political, but if it is evidence-based, the economic debate needs to hear voices beyond those unique advocates of financialization.

KEYWORDS: Political Economy; Development; Industry; Health.

SUMÁRIO: 1. Preliminares; 2. Introdução; 3. O (Sub)Desenvolvimento e em Perspectiva; 4. O Estado: Salvando o Capitalismo dos Capitalistas; 5. A Saúde e a Inovação Tecnológica como Perspectiva de Desenvolvimento; 6. Conclusões; 7. Referências bibliográficas.

1. Preliminares

Começo com uma digressão: a inspiração para o título deste artigo adveio da leitura do escrito de Jürgen Habermas², como tarefa no curso de uma disciplina de pós-graduação na FIOCRUZ. Ao ler o texto de referência, denso e repleto de conceitos, tanto quanto de ensinamentos, ele termina num parágrafo que – a mim – pareceu não ser conclusivo; faltava uma página. Ao menos, como de costume. Mas, evidentemente, não se trata de um autor “como de costume”. A riqueza das argumentações levou-me a buscar conhecer mais, e melhor, sobre o autor e sobre a sua obra. Algo ainda em construção, mas que é exclusivamente por ter cursado aquela disciplina, que cobre uma riquíssima e eclética bibliografia. Contudo, voltando ao tema: claro que não faltava página, incompleta foi a capacidade cognitiva deste escriba, em compreender *a nova intransparência* em sua plenitude, de bate-pronto; provavelmente isso seja ambição demasiada. Todavia, ainda que seja, é preciso avançar nesse processo, pois “a vida é dura!” Talvez esteja aqui a minha própria *energia utópica*, que se esgota, mas se renova, a cada virar de página.

² HABERMAS, J. Novos Estudos, CEBRAP, n.º 18, set. 1987. *A nova intransparência*. A crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas.

2. Introdução

No mundo acadêmico, as especializações extremadas e a excessiva departamentalização do conhecimento podem levar à equivocada interpretação da “intromissão” dos economistas e cientistas sociais na área da saúde. Muitos podem concluir, à priori, que esse é um assunto dos especialistas na área das ciências da natureza. Diante deste prisma, permitir e até estimular que economistas, por exemplo, passem a estudar os assuntos da saúde poderia abrir um flanco para investigações inconclusivas e, o pior, proposições incoerentes, incapazes de contribuir para melhorar a saúde da população.

Complementarmente, não há dúvidas de que a própria oferta de uma disciplina, a ser realizada por um dos programas de pós-graduação de uma das mais respeitadas instituições de educação e ciência do País [FIOCRUZ], voltada ao desenvolvimento econômico e à inovação, com foco na saúde, mas que tem como bibliografia elementar um forte arcabouço de Economia Política também poderia sofrer do mesmo “preconceito”. Se é que não sofre. Ensinar Economia Política na área da saúde por quê? Evidentemente, não é possível uma resposta simples [e completa] para algo complexo. Contudo, a importância do tema pode ser comprovada pela publicação da *Nature* 2020 que destacou que os cientistas, *lato sensu*, e os economistas, mais particularmente, estão trabalhando mais próximos, tendo em vista a “multidisciplinaridade” e a “transdisciplinaridade” da saúde. Não é possível afirmar que seja um fenômeno que já chegou ao Brasil, mas a FIOCRUZ tem contribuído para isso. Globalmente, a própria OMS (Organização Mundial da Saúde) estava considerando a criação de um cargo de economista-chefe naquele órgão.

Some economists, for example, argue that a planet under pressure from industrialization cannot withstand continued economic growth. But for others, growth is essential to alleviating poverty — as long as growth becomes greener. To solve these problems, economists, natural and social scientists and engineers must all engage with and learn from each other. It is often too easy to say ‘more research will

help'. **But here, it is necessary — especially economics research, which we look forward to publishing.**³ (Grifamos).

Destacada a conexão inequívoca – mas, nem sempre intuitiva – entre a economia e a saúde, é momento de explorar em maiores detalhes essa convergência e complementariedade, a partir da perspectiva da disciplina abordada. Considerado o “pai” da economia moderna e conhecido por ser um dos mais importantes teóricos do liberalismo, Adam Smith era – antes de tudo – pragmático ao defender aquilo que melhor serviria à maior geração de riquezas para a Grã-Bretanha, em especial, mesmo que determinada tese não fosse, necessariamente, liberal na acepção da palavra.

Ao frisar que as nações mais opulentas, normalmente, superam outras tanto na agricultura como na manufatura, esta última é a determinante para a constituição da superioridade econômica. Clara, portanto, a sua defesa em relação à indústria, como elemento dinâmico da economia e, para incentivá-la, valeria até mesmo “modular” a própria visão liberal, restringindo o comércio e a competição, presentes no conceito da “mão invisível” do mercado.

O segundo caso [o primeiro é em relação à defesa do próprio território], em que geralmente será **vantajoso impor alguma restrição à indústria estrangeira para estimular a nacional**, ocorre quando dentro do país se impõe alguma taxa aos produtos nacionais. Nesse caso, parece razoável impor uma taxa igual ao produto similar do país estrangeiro. [...] Na Grã-Bretanha, quando se impõe essa taxa aos produtos da indústria nacional, costuma-se, ao mesmo tempo, a fim de atender às queixas clamorosas de nossos comerciantes e manufatores –de que seus produtos terão que ser vendidos a preço mais baixo no país -, impor uma taxa alfandegária muito mais pesada à importação de todos os produtos estrangeiros do mesmo tipo.⁴ (Grifos nossos).

Entretanto, uma coisa é pregar o liberalismo e proteger sua indústria, outra bem diferente é tolerar que façam o mesmo. A teoria econômica inglesa e o liberalismo foram [e

³ NATURE. *Calling all economists*. The international journal of science. Vol. 578. 27 February, 2020, p. 489. Disponível online em: <https://media.nature.com/original/magazine-assets/d41586-020-00532-4/d41586-020-00532-4.pdf> - acesso em 12 de julho de 2022.

⁴ SMITH, A. (ed. 1983) – **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural: Livro Primeiro: Capítulos I ao VI; Livro Quarto: Capítulo II, p. 445.

ainda são] utilizados como instrumento imperialista, também como forma ideológica de neutralizar a capacidade competitiva dos países que vêm atras. Dizem que não, mas “chutam a escada” o tempo todo. Essa crítica que foi originalmente proposta por Friedrich List, em 1846, em seu *Tratado de Economia*. Ele, ao observar que a Alemanha, um país culto, ainda não havia conseguido – até então, como fizeram os ingleses – realizar a sua Revolução Industrial e que, para fazê-lo, compreendeu que seu país precisaria de políticas ativas de proteção à indústria infante; algo que os ingleses condenavam, como se não tivessem feito (BRESSER PEREIRA, 2009 *apud* CHANG, Ha-Joon)⁵.

A preocupação de List era em relação ao pleno desenvolvimento da Alemanha, tendo a Grã-Bretanha como país-paradigma.

Bjorn Johnson (1992) in an excellent chapter in the Lundvall book on 'National Systems of Innovation' emphasises the important point that institutions are often thought of simply as a source of 'institutional drag' (i.e. of inertia in the system), whereas of course institutional innovations may also give new impetus to technical and economic change. Appropriately enough it was in Germany that the major institutional innovation of the in-house industrial R&D department was introduced in 1870.⁶

Como se pode ver, um bom diagnóstico pode ser mobilizador de políticas públicas. Desde então, a Alemanha passou a tratar de superar suas deficiências em relação à industrialização já faz séculos. O papel institucional não pode ser negligenciado, nesse processo. Inovação também pode – e deve – ser institucional.

⁵ BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Prefácio *apud* CHANG, Ha-Joon. **Maus samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

⁶ FREEMAN, Chris. *The 'National System of Innovation' in historical perspective*. Cambridge Journal of Economics, 1995, p. 8.

3. O (Sub)Desenvolvimento e em Perspectiva

Cumpra aqui uma pausa para uma pequena divagação. O senso comum não diferencia, adequadamente, o crescimento econômico do desenvolvimento econômico. A concepção adequada de desenvolvimento ultrapassa a exclusividade da acumulação de riqueza material e da evolução do Produto Interno Bruto, afora outras variáveis atreladas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, é fundamental enxergar além dele. A maximização da renda é, como notou-Aristóteles “meramente útil e em proveito de alguma coisa”. Ainda sobre o desenvolvimento numa perspectiva mais ampla, o liberalismo (e o neoliberalismo, na atualidade) reforça(m) a questão da liberdade, no sentido econômico do termo, ainda que restrinja(m) a liberdade de circulação de trabalhadores, por exemplo. Isto é, fala-se em liberdades, mas o importante mesmo são as liberdades substantivas, ligadas ao desenvolvimento econômico. Uma das vertentes das liberdades substantivas é a liberdade básica de sobreviver. Mesmo em países que já não enfrentam fomes coletivas, muitas pessoas têm pouco acesso aos serviços de saúde, ao saneamento básico ou à água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, frequentemente sucumbindo à morte prematura (SEN, Amartya, 2000, p.28-9). Acrescente-se, GADELHA (2020) também destaca a conexão entre saúde e desenvolvimento nos trabalhos de importantes pensadores liberais, como Amartya Sen, que insere a saúde como fator essencial da liberdade de escolha.

Retomando à questão do desenvolvimento, propriamente dito. Um complexo sistema de restrições de toda a ordem acabou relegando à periferia mundial um nível inferior de desenvolvimento econômico “natural”, num período em que a industrialização era sinônimo objetivo para desenvolvimento. Países industrializados – centrais – eram denominados como desenvolvidos. As nações da América Latina e do Caribe sofreram os efeitos descritos pela teoria das restrições ao crescimento, investigados pela CEPAL. A escola estruturalista fundada

por Prebisch e que teve Celso Furtado⁷, que desafiou a *intelligentsia* a partir da sua obra na constante procura do entendimento [e superação] do subdesenvolvimento nacional, como um de seus seguidores, avaliou a discrepância de resultados entre o centro e a periferia mundial, a partir de uma perspectiva histórica.

Onde estava a sua inferioridade? Superada a teoria da inferioridade racial, a resposta só podia estar na História, e lá fui buscá-la. Tudo isso me obrigou a repensar, a abrir um caminho. E comecei a ver o fim do túnel quando li Keynes. (...) não posso dizer que descobri Keynes na CEPAL, porque já o havia estudado antes. Mas, até então, eu via o Keynes da “teoria do ciclo econômico”, que era a sua grande contribuição e levava à política de estabilização. Na CEPAL, comecei a perceber a importância da visão macroeconômica da História. Tratava-se, agora, de olhar a História, vendo o macroeconômico, para entender a lógica do atraso e descobrir os fatores que impediam o crescimento de um país como o Brasil.⁸

Numerosas são as obras que tratam da contribuição de Celso Furtado para desvendar as reais razões do subdesenvolvimento brasileiro. Numa delas, Ricardo Bielschowsky, sem a modéstia acadêmica que costuma ser uma regra tácita na análise da obra dos grandes pensadores, “conseguiu” apontar duas falhas na análise de Furtado. Na primeira delas, o crítico destaca que o cepalino afirmara que os rendimentos decrescentes de escala resultariam numa tendência de estagnação na América Latina e – avança – segundo; ele (Furtado) não discutiu a possibilidade de exaurir o excedente de mão-de-obra por meio do controle da natalidade e de crescimento rápido dentro do padrão distributivo existente (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 436)⁹. Numa análise, ainda que parcial e imperfeita sobre a crítica do autor sobre as conclusões de Furtado, não parece que os rendimentos decrescentes tenham sido subjugados pela teoria – ou sobre a prática econômica, continuam decrescentes, sobretudo com o incremento constante das inovações. De outro lado, se não ocorreu a discussão sobre a possibilidade de exaurir o

⁷ Celso Furtado – influenciado pela obra de Keynes e de Schumpeter –, foi indicado ao Prêmio Nobel em 2003, ano de sua morte.

⁸ VIEIRA, Rosa Maria. *A planificação, o Estado e as elites no pensamento de Celso Furtado*. in LACERDA, Antonio Corrêa (Org). **Celso Furtado, 100 anos, pensamento e ação**. São Paulo: Contracorrente, 2020, p. 40

⁹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *As contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo e sua atualidade*. In Celso Furtado e o século XXI. SABOIA, João; CARVALHO, Fernando J. Cardim (Rrgs). Barueri, SP. 2007.

excedente de força de trabalho, não parece que essa investigação devesse merecer tanta atenção, até mesmo por conta das centenas de milhões de desempregados (exército de reserva, para Marx) ainda existirem na América Latina, mesmo diante de taxas de natalidade, hoje, muito inferiores do que no século passado.

4. O Estado: Salvando o Capitalismo dos Capitalistas¹⁰

Importante sublinhar, o marco histórico que permeou a constituição do capitalismo, como se conhece hoje e que tem como fatores inerentes à sua dinâmica: a inovação, a globalização e a financeirização. Conforme as anotações das aulas¹¹, esse sistema formou-se a partir de determinados aspectos que resultaram num novo modelo de organização social, por exemplo, pautado pela substituição do modo de produção artesanal pelas fábricas, a escala de produção passou a ser fundamental na concepção deste sistema. Adicione-se: o papel individual do capitalista é exaltado, desde a concepção do sistema. Falar em bem comum, como é o caso da saúde, ganha maior complexidade dentro desta mecânica.

Atualmente a ordem econômica capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que para ele, ao menos enquanto indivíduo, se dá como um fato, uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver. Esse cosmos impõe ao indivíduo, preso nas redes do mercado, as normas de ação econômica. O fabricante que insistir em transgredir essas normas é indefectivelmente eliminado, do mesmo modo que o operário que a elas não possa ou não queira se adaptar é posto no olho da rua como desempregado.¹²

A acumulação de capital passa a ser elemento central para o desenvolvimento do sistema de produção em grandes quantidades padronizadas, ao mesmo tempo em que passa a ser intrinsecamente promotor da busca por novas soluções tecnológicas na forma de produção, bem como nos bens fabricados. Outra característica que vale apontar é a da separação do capital

¹⁰ Subtítulo inspirado no livro: RAJAN, R. G.; ZINGALES, L. **Salvando o capitalismo dos capitalistas: acreditando no poder do livre mercado para criar mais riqueza e ampliar as oportunidades**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

¹¹ Em especial anotações da aula 2.

¹² WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. Companhia das Letras. Edição do Kindle.

e do trabalho, a partir da propriedade dos meios de produção. Note-se que esses dois vetores, em especial, ajudaram na divisão da organização do sistema deixando, de um lado, as nações produtoras de bens sofisticados e em escala e outras, periféricas, cuja divisão internacional [não apenas local] do trabalho relegou-as ao consumo desses bens.

Algo revelador, a partir de Schumpeter, mas que sem citar a fonte poderiam imaginar que vem de Marx. Quem diria que o capitalismo enfrentaria uma ameaça ainda mais perturbadora do que o socialismo: algo à direita?

E o capitalismo enfrenta uma nova ameaça, não do socialismo, mas da direita, dos próprios capitalistas: no presente, a questão é principalmente a de salvar o capitalismo dos capitalistas, de uma forma de estatismo muito pior, em certos aspectos, que o socialismo, algo que chamei de “welfarismo empresarial”, no qual o poder do Estado é usado para proteger os ricos e poderosos, não os pobres e a sociedade em geral.¹³

Retomando a questão capitalista, com vistas a manter essa dinâmica, as nações centrais recorreram, dentre outras estratégias, ao protecionismo em suas diferentes formas; muitas delas coexistem até hoje, embora com alguma tonalidade de verniz, como é o caso de algumas barreiras tarifárias, mas principalmente as não-tarifárias. Com efeito, para superar as assimetrias entre as economias já industrializadas do centro e aquelas da periferia do capitalismo seria necessária uma estratégia de crescimento articulada a partir do Estado, uma vez que o mercado não teria capacidade de realizar essa tarefa sozinho.

O argumento [da teoria de restrições ao crescimento] é o de que as diferenças correspondem a inadequadas condições de crescimento na periferia, impõem restrições ao processo de industrialização e ao progresso técnico e requerem estratégias de crescimento coordenadas pelo Estado, porque, nessas condições, as forças de mercado são incapazes de, por si só, viabilizar o crescimento.¹⁴

Evidentemente que, passadas sete décadas desde o diagnóstico, seria possível ampliar seu escopo e introduzir novos elementos. Mas, em essência, o argumento central proposto pela

¹³ SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia** (p. 11). Editora Unesp. Edição do Kindle.

¹⁴ BIELSCHOWSKY, op. cit, p. 432.

teoria é muito atual, principalmente ao apontar que o Estado tem papel central na condução da solução do processo de transformação sistêmica do modelo econômico. Em suma, é tão atual que dialoga perfeitamente com o que propõe, por exemplo, (MAZZUCATO, 2014).

São abundantes as evidências do papel crucial do Estado na história da indústria de computadores, da internet, da indústria farmacêutica-biotecnológica, da nanotecnologia e do setor da tecnologia verde. Em todos esses casos, o Estado ousou pensar — contra todas as probabilidades — no “impossível”: criando novas oportunidades tecnológicas; fazendo os investimentos iniciais, grandes e fundamentais; permitindo que uma rede descentralizada desenvolvesse a pesquisa arriscada; e depois possibilitando que o processo de desenvolvimento e comercialização ocorresse de forma dinâmica.¹⁵

Em resumo, na visão estruturalista de Furtado, na qual o desenvolvimento deve ser guiado pelo Estado Nacional, de forma articulada com as forças de mercado, sobretudo porque a alteração da estrutura produtiva não ocorre naturalmente pelas relações de mercado e de poder em termos internacionais. Cabe direcionar investimentos para aqueles setores que têm maior capacidade de geração de externalidades positivas, como é o caso da saúde, por exemplo.

Com efeito, é possível, ao mesmo tempo, gerar emprego e renda, trazendo maior nível de bem-estar para a sociedade a partir da promoção e universalização da saúde. Note-se que isto está, inclusive, em consonância com a Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. A saúde ocupa o item 3 dos 17 ODS's e também está diretamente correlacionada à Erradicação da pobreza (3); educação de qualidade (4); trabalho decente e crescimento econômico (8); indústria, inovação e infraestrutura (9); redução das desigualdades (10); cidades e comunidades sustentáveis (11); e parcerias e meios de implementação (17)¹⁶.

Contudo, antes de terminar essa seção, é importante demonstrar que, no Brasil, a questão entre o Estado e o Mercado ganha contornos particulares. O desafio de proposições articuladas entre ambos é ainda maior. No País, a partir de uma muito bem construída

¹⁵ MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. Portfolio-Penguin. Edição do Kindle. 2014, p.326.

¹⁶ Ao investigar os impactos do Covid-19 na telemedicina no Brasil, MALDONADO; J. CRUZ; Antonio (2021), *op. cit.* destacam a natureza interdisciplinar e suas inter-relações dinâmicas, pela possibilidade de impulsionar diferentes indústrias, ao observar a sua dimensão econômica.

arquitetura ideológica contra o Estado patrimonialista, o Estado vem sendo demonizado, ao longo de décadas. Desde Sérgio Buarque de Holanda, reforçado por Raimundo Faoro, o “liberalismo racista conservador” foi muito eficiente nesse processo de construção da narrativa predominante anti-estado. Com efeito, criou-se no País a crença na falsa dicotomia entre estado e Mercado.

Com várias centenas de páginas de seu livro, Faoro procura demonstrar, precisamente, a correção histórica e sociológica de seu argumento, é no embate com as suas proposições que podemos perceber a fragilidade teórica dessas ideias “teleológicas”, ou seja, construídas para validar uma única tese política: a ação intrinsecamente demoníaca do Estado contraposta a ação intrinsecamente virtuosa do mercado. Essa é a ideia-força fundamental do liberalismo racista brasileiro por boas razões. Afinal, nas poucas vezes que se verificou historicamente qualquer preocupação política com as demandas das classes populares, estas sempre partiram do Estado.¹⁷

Muito embora exista, não apenas no Brasil, mas em grande parcela do mundo a cantilena de que o desenvolvimento vem a partir do mercado livre e se não se chegou a esse ponto é por conta da falta de liberdade, não por outras razões, uma leitura atenta das propostas de Keynes, que em tempos recessivos ganha adeptos [ainda que tão efêmeros quanto tardios] em todas as correntes do pensamento econômico. Não se trata de Estado substituir o Mercado, mas sim da complementação das atividades entre eles em busca de um ótimo. Ensina Keynes:

A mais importante *Agenda* do Estado não diz respeito às atividades que os indivíduos particularmente já realizaram, mas as funções que estão fora do âmbito individual, àquelas decisões que ninguém adota se o Estado não o faz. Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, e fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas que atualmente deixam de ser feitas.¹⁸

Note-se que Keynes não está só em sua avaliação. Ciente das oscilações inerentes ao sistema capitalista, Habermas também destaca a necessidade da intervenção do Estado, de forma pontual, com vistas a mitigar as crises e, no limite, salvar o próprio sistema dele mesmo.

¹⁷ SOUZA, Jesse. **O Brasil dos humilhados: uma denúncia da ideologia elitista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022, p. 71-2.

¹⁸ KEYNES, J. M. **Economia**. São Paulo: Editora Ática, 1978, p. 123.

Não é sem tempo lembrar da Crise de 1929, do escândalo da Enron e da crise de 2008-9, apenas para registrar alguns desses eventos que resultaram em exacerbada volatilidade dos mercados em tempos de paz.

Ele [o aparelho estatal] deve intervir no sistema econômico com o objetivo de proteger o crescimento capitalista, minorar as crises e proteger simultaneamente a capacidade de competição internacional das empresas e a oferta de trabalho – a fim de que advenham crescimentos que possam ser repatriados sem desencorajar os investimentos privados.¹⁹

Dito de outro modo: em momentos de elevada incerteza e de certo pânico em termos econômicos, um agente perene e que têm a capacidade de influenciar as decisões privadas deve entrar em cena. Mas, é possível fazer isso também para trazer externalidades positivas. Contudo, nem sempre é fácil a decisão política nesse sentido.

4. Economia como Esporte de Combate

Pierre Bourdieu afirma que a sociologia é um esporte de combate. Numa interpretação mais elástica é possível trazer os mesmos atributos à economia, como para outras ciências sociais. Vencer o bem elaborado arcabouço ideológico que que os mercados são perfeitos, não é tarefa trivial.

A disputa entre capitalismo e comunismo parece ter sido concluída [ao menos deveria], com a evidente adoção do primeiro por quase todas as economias pelo mundo. Contudo, há que se perceber que nas economias de mercado existem inúmeras variações e que o importante é que exista um equilíbrio entre o papel dos mercados e dos governos, como advogou Keynes em sua obra. Um debate que já deveria ter sido encerrado, mas não foi: o fundamentalismo do mercado. Mesmo depois das sucessivas crises nas quais o Estado sempre é chamado a socorrer

¹⁹ HABERMAS, J. Novos Estudos, CEBRAP, n.º 18, set. 1987. *A nova intransparência*. A crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas, p. 107.

o mercado, há ainda quem advogue que o melhor governo é o menor governo. Essas ideias, interesses e ideologias deveriam ser revistas, resultando em mudanças no mundo da política e no mundo das ideias (STIGLITZ, 2010). Antes de avançar, uma pausa para compreender o poder de uma ideologia.

El concepto “ideología” refleja uno de los descubrimientos que han surgido del conflicto político, a saber, que los grupos dominantes pueden estar tan ligados en su pensamiento a los intereses de una situación que, sencillamente, son incapaces de percibir ciertos hechos que vendrían a destruir su sentido de dominación. La palabra “ideología” entraña el concepto de que, en ciertas situaciones, el inconsciente colectivo de ciertos grupos oscurece el verdadero estado de la sociedad, tanto para esos grupos como para los demás, y que, por lo mismo, la estabiliza.²⁰

Diante de tantas evidências da necessidade conjunta de articulação entre o Estado e os Mercados, muitos intelectuais que, à princípio, podem ser considerados bem-intencionados, resistem ao óbvio, inebriados ideologicamente: algumas soluções devem ser iniciadas com a presença do Estado. Eventos extremos reforçam essa tese. Mais recentemente, basta ver o que fizeram os governos em relação aos seus orçamentos, inclusive “despejando dinheiro de helicóptero” para manter vivos o próprio sistema capitalista, quanto pessoas, por conta da Pandemia de Covid-19. Essa resistência lembra um dos artigos dos fundadores da maior democracia atual. Assim como sugeriram

Com efeito, são tão numerosas e tão poderosas razões que contribuem para distorcer o julgamento que em muitas ocasiões vemos homens sábios e bons se posicionarem ao lado correto quanto do lado errado no que toca a questões de primordial importância para a sociedade. Essa circunstância, se devidamente levada em conta, forneceria uma lição de moderação às pessoas que se convenceram de que estão sempre certas em qualquer controvérsia.²¹

²⁰ MANNHEIM, Karl. **Ideología y utopía: introducción a la sociología del conocimiento** (Spanish Edition) . Fondo de Cultura Económica. Edição do Kindle.

²¹ HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. **Artigos Federalistas – Ao povo de Nova York**. São Paulo: Faro Editorial, 2021, p. 20.

A economia é, em sua origem, economia política. Política é a arte do convencimento; que deveria ser compreendido como *vencer juntos*. A razão principal é que uma influencia a outra e por essa é impactada. John Stuart Mill, ao completar 13 anos de idade, iniciou seus estudos de Economia Política, que resultaram no livro *Ensaio de Economia Política* [publicado em 1848], criticado por Karl Marx, que o classificou de “sincretismo superficial”. Ainda que seja num tom ácido crítica, só o fato de ter recebido atenção deste já se tem dimensão da relevância da obra daquele. Preocupado com as liberdades individuais, ainda que mais marcadamente do ponto de vista econômico, um dos assuntos que ocuparam a análise de Mill nesta obra foi a questão da influência dos governos que, para ele, teria aspectos bons e ruins. Assim, a interferência dos governos só se justificaria para maximizar os primeiros e minimizar os segundos. Para ele, a Economia Política era uma “teoria do movimento”.

Existe, por exemplo, uma grande classe de fenômenos sociais, cujas causas determinantes imediatas são principalmente aquelas que agem mediante o desejo de riqueza, e nas quais a lei psicológica que mais atua é o conhecido princípio de que a um ganho menor se prefere um ganho maior. (...) Pode-se, pois, construir uma ciência que recebeu o nome de Economia Política.²²

A relevância que Mill dá à questão da busca pela riqueza é, antes de tudo, um alerta: a “besta” não pode ficar solta, pois ela é, como em Dante, quando revela que a besta, quanto mais come, mais fome tem. Seriam desumanas as conclusões a seguir, se não fossem proferidas por humanos.

Os analistas do Goldman Sachs tentaram abordar um assunto delicado para as empresas de biotecnologia, especialmente as envolvidas no tratamento pioneiro da “terapia genética”: as curas podem ser ruins para os negócios a longo prazo²³.

²² MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política: com algumas de suas aplicações à filosofia social**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1996, p. 36.

²³ BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Dinheiro** (p. 9). Editora Contracorrente. Edição do Kindle.

Recorrer à Economia Política é perceber que existem tensões no tecido social e que elas precisam ser amenizadas. Conforme (BOROWY, 2014), que cita Mill, dentre outros economistas da escola clássica, ao estudar as questões do desenvolvimento sustentável e um futuro comum, ela aponta quatro dimensões de difícil convergência: i) presente *versus* as futuras gerações; ii) econômicas *versus* as perspectivas ambientais; iii) Norte *versus* Sul; e iv) exatidão científica *versus* aceitação política. Sobre a vertente econômica e ambiental, diz:

John Stuart Mill, invoking the image of all nature transformed into human resources, explicitly rejected the idea endless growth as entirely undesirable. **But none doubted that the human economy was rooted in a context of nature where growth was self-evidently limited.** The elimination of nature from economic theory was part of the fragmentation as specialization of disciplines in the late 19th century. [...] Ecological factors were reconceptualized as 'externalities' which lay economic interests and competence. (Grifamos).²⁴

As imperfeições do mercado e a racionalidade limitada já foram exaustivamente examinadas pela ciência econômica. Contudo, ainda existem aqueles – muitos, sobretudo nas ciências sociais – cuja doutrinação supera a realidade e são incapazes de aceitar aquilo que Thomas Kuhn explicou no clássico *A Estrutura das Revoluções Científicas*, pois, quando um paradigma não explica mais os fatos, não há como mudá-los; há que se modificar as bases teóricas. “Tanto no desenvolvimento político como no científico, o sentimento de funcionamento defeituoso, que pode levar à crise, é um pré-requisito para a revolução”²⁵. As inúmeras crises do capitalismo moderno, sobretudo a de 2008-9 demonstram que a plena liberdade dos mercados não é solução, é um problema.

Derivados do modelo capitalista, a globalização e a financeirização engendraram maior dramaticidade aos ciclos recessivos e a *exuberância irracional* aos ciclos de crescimento. A abstração real de Marx (BELLUZZO, 2021) ganha substância a partir da transformação das atividades produtivas em mercadoria, com a finalidade de “produzir” mais dinheiro. A

²⁴ BOROWY, Iris. **Defining sustainable development fou our common future**. London: Routledg, 2014, p. 8.

²⁵ KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1970, p. 125.

financeirização faz com que os resultados de curto prazo sejam muito mais importantes do que a segurança de fornecimento, mesmo em itens essenciais, como é o caso da saúde. A busca por maior rentabilidade é o único objetivo, não importa se ela vier da precarização das condições de trabalho, da degradação do meio ambiente ou da parametrização do valor da vida – e da morte. Arbitra-se, em escala global, contra tudo o que puder ser monetizado.

5. A Saúde e a Inovação Tecnológica como Perspectiva de Desenvolvimento

Atribui-se a Winston Churchill inúmeras frases de efeito. Uma delas é a de que “nunca desperdice uma crise”. No caso da Covid-19 isso faz muito sentido. Cumpre lembrar: “O homem, do mais humilde ao mais poderoso, deseja sempre afastar o dia do seu encontro com o inescrutável do além da vida, e o médico revela-se o instrumento de que todos se utilizam, no afã de protelar este momento”²⁶. Ninguém quer morrer, ainda que alguns saibam [ou esperem] que, para atingir os céus, isso seja uma premissa. A ameaça à vida, em escala mundial, mobilizou não apenas os agentes econômicos, mas o espectro político, em todas as suas dimensões. Há que se lembrar, a vida e a morte também estão presentes na forma de exercício do poder econômico e político, na atualidade. Sobretudo, decisões políticas foram tomadas, em várias partes do mundo, e no Brasil, em particular, diante da perspectiva do biopoder: deixar morrer e/ou deixar viver!

Demonstrei que a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Além disso, propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”.²⁷

²⁶ SILVEIRA, Mário Magalhães. **Política Nacional de Saúde Pública: a trintade desvalada – economia – saúde – população**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 28.

²⁷ MBEMBE, Achille. *Biopoder soberania estado de exceção política da morte*. Rio de Janeiro: Revista do ppgav/eba/ufrj. Nº 32, dezembro de 2016, p. 146. – Disponível online em: [Necropolítica | Mbembe | Arte & Ensaios \(ufrj.br\)](https://revistas.pucsp.br/index.php/apg/index) – Acesso em 21 de junho de 2022.

As mortes por Covid-19 no País já somam 685 mil. A contabilidade macabra de inúmeras mortes no mundo [estima-se mais de 6,5 milhões] não deixa dúvidas de sua gravidade e da forma com que as possibilidades de ocorrência desse tipo de evento em escala global foram negligenciadas. Cabe citar o caso da MERS (Síndrome Respiratória do Médio Oriente), cujo primeiro caso foi identificado em 2012. A diferença que se sublinha aqui é que, enquanto na MERS os governos e a própria OMS não se empenharam tanto em combatê-la, tampouco seus efeitos econômicos e sociais tenham sido tão graves, na Covid-19 a mobilização foi global, assim como o contágio.

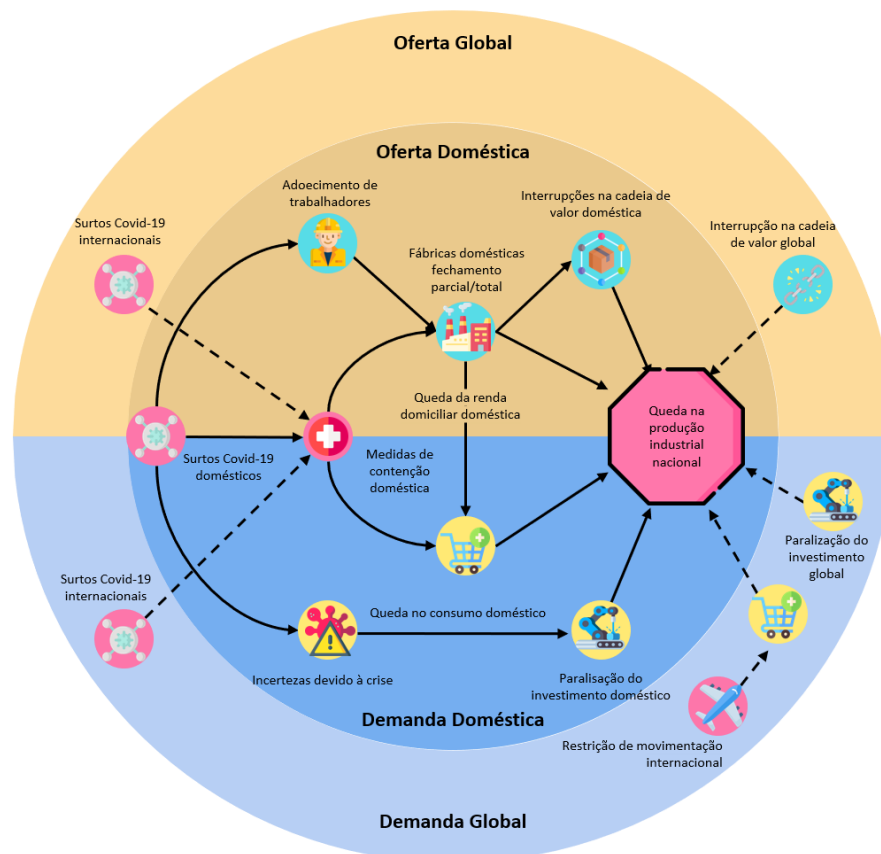
Autoridades públicas e sistemas de saúde foram, em quase todos os lugares, pegos de surpresa. Quarenta anos de neoliberalismo na América do Norte e do Sul e na Europa deixaram o público totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública desse calibre, apesar de sustos anteriores como a Sars e o ebola terem fornecido avisos abundantes e lições convincentes sobre o que seria necessário fazer. **Em muitas partes do suposto mundo “civilizado”, governos locais e autoridades regionais/estatais, que invariavelmente formam a linha de frente de defesa em emergências de saúde e segurança pública desse tipo, tinham sido privados de financiamento graças a uma política de austeridade projetada para financiar cortes de impostos e subsídios para as corporações e para os ricos.** (Grifamos).²⁸

Retomando a questão da oportunidade que surge a partir da crise. O Sistema único de Saúde (SUS) sofre de redução de recursos desde a sua concepção, na Constituição de 1988. Mais recentemente, com a Emenda Constitucional 95, que instituiu o “Novo Regime Fiscal”, na verdade um arranjo neologista das correntes neoliberais (com perdão por abusar do neo) que tinha o objetivo único de limitar o alcance das políticas sociais, inclusive da saúde, as dificuldades do SUS foram ampliadas. Contudo, com a Covid-19, a sociedade conseguiu perceber a importância do sistema. Não apenas a população que tem acesso apenas ao sistema público, mas também a parcela que recebe atendimento privado. A vacina, por exemplo, chegou a todos os braços [que quiseram], sem pedir a “carteirinha” do convênio.

²⁸ HARVEY, David. **Anticapitalismo em tempos de pandemia (Pandemia capital)** (pp. 12-13). Boitempo Editorial. Edição do Kindle.

Diante dessa nova percepção que a sociedade brasileira passou a ter sobre o tema saúde e sobre o próprio SUS – elogiado internacionalmente – é possível fazer vencedora uma nova narrativa. Como se sabe, o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) é propulsor de externalidades positivas, como a redução da dependência tecnológica e de fornecimento de bens industriais essenciais advindos do exterior. A oferta e a demanda global de produtos industriais foram severamente afetadas, inclusive de itens relacionados à saúde. Uma das externalidades positivas mais importantes que se pode buscar, com a adoção de políticas públicas ativas, diante desse cenário, é a inovação tecnológica.

Figura 1 - Mudanças Estruturantes na Cadeia de Suprimentos - Covid-19



Fonte: UNIDO [United Nations Development Programme], 2022.

Estudo paradigmático, a inovação interpretativa da saúde – que supera a forma binária que aborda as vertentes econômicas e sociais do desenvolvimento analiticamente particionada – buscou compreender a interdependência tecnológica, sanitária, econômica, política e institucional, a partir da fundamentação da economia política e da saúde coletiva, a partir do conceito do CEIS. A pandemia de Covid-19 reforçou essa linha de investigação multisetorial, pois saúde e economia nunca estiveram tão conectadas, suscitando debates acalorados sobre qual deveria ser o elo privilegiado. A conclusão parece ser: ambos. A telemedicina, por exemplo, foi transformada e passou a ter grande relevância na rotina do Sistema único de Saúde (SUS) e na rede privada.

O Estado, já fragilizado pelo contingenciamento de verbas a partir da EC 95 e das sucessivas crises do orçamento, e o Mercado, que foi chamado a fornecer itens relacionados ao enfrentamento repentino da demanda de bens e serviços na saúde, foram impactados pela pandemia. Novas oportunidades surgiram neste contexto, mas os desafios persistem e que precisam de uma clara orientação pública que seja capaz de compatibilizar o avanço tecnológico e da base produtiva e que seja capaz de atender às necessidades específicas da população. (MALDONADO; CRUZ, 2021).

Se Habermas está correto em afirmar que o capitalismo desenvolvido nem pode viver sem o Estado nem coexistir com sua expansão contínua, há que se buscar um ponto ótimo de articulação institucional entre ambos. As grandes inovações recentes vieram a partir da mobilização dos recursos públicos, com o estado fazendo aquilo que o setor privado não faria, dada a incerteza e a gigantesca necessidade de recursos escassos. No caso brasileiro, as restrições são ainda mais presentes. Com efeito, é ainda mais relevante empenhar esforços em atividades cujo transbordamento seja mais eficiente. A saúde é uma delas, inequivocamente.

6. Conclusão

Eis uma hipótese, tendo em vista que seria presunçoso apresentar alguma conclusão, diante de tantas perspectivas distintas terem sido elencadas, e em diferentes contextos

históricos: a saúde pode assumir contornos de base de sustentação para um novo desenvolvimento econômico sustentável, verde e inclusivo. A decisão é política e é econômica! A crise da Covid-19 pode ajudar no convencimento político da necessidade de maiores inversões no setor. não será tarefa simples derrubar as barreiras ideológicas construídas a partir de bases históricas.

É imperativo reduzir a dependência econômica e tecnológica do país em relação aos itens essenciais à prestação de serviços de saúde adequados. Dados de 2021 da ABIMO demonstram que apenas em relação aos dispositivos médicos o setor é deficitário em mais de US\$ 4 bilhões/ano²⁹. Em reais, isto equivale a um incremento de produção de mais de cerca de R\$ 22 bilhões. Além dos efeitos diretos na redução do déficit comercial, o país poderia passar de dependente das Cadeias Globais de Suprimento para protagonista, até mesmo trazendo escala para a indústria doméstica transformar-se em fornecedora, sobretudo para a América Latina. Empregos, divisas e oportunidades de investimento e de ampliação de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica poderiam surgir a partir da ampliação da economia de escala e de escopo decorrente da maior robustez do setor industrial.

A bibliografia apresentada, em consonância com as aulas expositivas e a respectiva discussão em cada uma delas, leva à reflexão profunda sobre um novo modelo econômico industrial no qual a saúde pode ser, ao mesmo tempo, inclusiva e transformadora. A interação multidisciplinar pode ajudar nessa tarefa de convencimento político, ao demonstrar as capacidades de transbordo do setor para outros setores. O papel dos economistas será fundamental nessa questão, pois são “eles” que ajudam a mostrar a necessidade de cortes nos orçamentos. A economia também é uma ciência de combate. Há que se abrir espaço para ouvir não apenas os economistas padrão “Posto Ipiranga”, mas também aqueles preocupados com o (sub)desenvolvimento, sobretudo baseado de matriz verde, um grande ativo brasileiro.

Há que se aproveitar uma base produtiva [industrial e de conhecimento] ainda existente no País, com vistas a acelerar essa transformação. A articulação estruturada entre o setor público

²⁹ Vide ABIMO - <https://abimo.org.br/dados-do-setor/relatorio-setorial/>

e privado pode ser pautada por missões e executada com metas claras de desempenho das partes e acompanhadas de indicadores objetivos. Afastada a falsa dicotomia entre Estado e Mercado, ambos devem atuar para o desenvolvimento sustentável e inclusivo, a partir da saúde e da educação. Como os objetivos são de médio e longo prazos [como os ODS's da Agenda 2030] eles devem ser perseguidos a partir da perspectiva do Estado, não de governos, efêmeros na democracia.

Por fim, ainda que Habermas não tenha deixado de escrever a última página sobre a nova intransparência, a utopia aqui aspirada é a de que se possa utilizar a necessidade sobre o bem maior que se tem, que é a saúde, sem a qual todos os outros perdem – senão por completo, em muito – sua utilidade, para transformar o nível de desenvolvimento econômico e social do País. As lições apresentadas mostram que não é apenas possível, como também é desejável. A ordem inversa é proposita, já que a manipulação ideológica acabou reduzindo as ambições mais essenciais de grande parcela da sociedade. Com efeito, a individualidade e a livre escolha propaladas poderão, oxalá, deixarem de ser algo inalcançável para tornarem-se realidade para grande a parcela dos brasileiros, sobretudo os humilhados de sempre, parafraseando Jesse de Souza.

7. Referências Bibliográficas

ABIMO – **Relatório Setorial 2021 e perspectivas 2022**. Disponível online em: <https://abimo.org.br/dados-do-setor/relatorio-setorial/> - Acesso em 12 de julho de 2022.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *Enigmas do capitalismo e o mundo da vida*. in **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 16, n. 28, p. 19-24, 2021.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Dinheiro** (p. 9). Editora Contracorrente. Edição do Kindle.

BIELSCHOWSKY, R (2007) – “As contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo”. In: Saboia, J. & Carvalho, FJC (orgs) (2007) – **Celso Furtado e o Século XXI**. Barueri/SP: Manole; Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ (pp. 431-445).

BOROWY, Iris. **Defining sustainable development fou our common future**. London : Routledg, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado** (p. 28). Companhia das Letras. Edição do Kindle, 2009.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Prefácio *apud* CHANG, Ha-Joon. **Maus samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FREEMAN, Chris. *The ‘National System of Innovation’ in historical perspective*. Cambridge Journal of Economics, 1995.

FURTADO, CELSO. *O Subdesenvolvimento Revisitado. Economia e Sociedade*. **Revista do Instituto de Economia da Unicamp** No 1 agosto de 1992.

GADELHA, C. A. G. *Desenvolvimento e pandemia: transformação estrutural para além de um novo normal*. in **Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho**. BUSS, P. M.; FONSECA, L. E. (orgs). Rio de Janeiro: Observatório Covid 19. Fiocruz, 2020. Disponível online em: <https://books.scielo.org/id/hdyfg/pdf/buss-9786557080290.pdf> - acesso em 11 de julho de 2022.

GADELHA, C. A. G. *O Complexo Econômico-Industrial da Saúde 4.0: por uma visão integrada do desenvolvimento econômico, social e ambiental*. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 16, n. 28, p. 25–50, 2021.

HABERMAS, J. *A nova intransparência*. A crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos**, CEBRAP, n.º 18, set. 1987.

HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. **Artigos Federalistas – Ao povo de Nova York**. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

KEYNES, J. *Capítulo 6 – O fim do laissez-faire e Capítulo 11 – A teoria geral do emprego*. In: Tamás Szmrecsányi e Florestan Fernandes. **Keynes**. Editora Ética, 1978.

MARX, K (ed. 1983) – **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural (Volume I, Livro Primeiro) Leitura Obrigatória: Volume I, Livro Primeiro: Capítulo I, II, IV, X e XII (Capítulo fortemente recomendado: Capítulo III)

MARX, K. (1998). **O Manifesto do Partido Comunista: 150 anos depois**.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. Portfolio-Penguin. Edição do Kindle.2014.

MBEMBE, Achille. *Biopoder soberania estado de exceção política da morte*. Rio de Janeiro: Revista do ppgav/eba/ufrrj. Nº 32, dezembro de 2016. – Disponível online em: [Necropolítica | Mbembe | Arte & Ensaios \(ufrrj.br\)](#) – Acesso em 21 de junho de 2022.

NATURE. *Calling all economists*. The international journal of science. Vol. 578. 27 February, 2020. Disponível online em : <https://media.nature.com/original/magazine-assets/d41586-020-00532-4/d41586-020-00532-4.pdf> - acesso em 12 de julho de 2022.

PIKETTY, T. (2013) - **O Capital do Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca. Conclusões.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Leitura Obrigatória: Capítulo VII

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, A. (ed. 1983) – **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural Leitura Obrigatória:

Livro Primeiro: Capítulos I ao VI; Livro Quarto: Capítulo II

SOUZA, Jesse. **O Brasil dos humilhados: uma denúncia da ideologia elitista**. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2022.

STIGLITZ, JE (2010) - **O mundo em queda livre**. São Paulo: Companhia das Letras. Prefácio.

UNIDO. **Industrial Development Report 2022**. The Future of Industrialization in a Post-Pandemic World. Key findings and implications for UNIDO operations. Vienna, 2022.

VIEIRA, Rosa Maria. *A planificação, o Estado e as elites no pensamento de Celso Furtado*. in

LACERDA, Antonio Corrêa (Org). **Celso Furtado, 100 anos, pensamento e ação**. São Paulo:

Contracorrente, 2020.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. Companhia das Letras.

Edição do Kindle.

DATA DE SUBMISSÃO: 2022-09-02

DATA DE APROVAÇÃO: 2023-02-13



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-
NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacion